

Eu sou neguinha?

Lídia Avelar ESTANISLAU

Este depoimento é de Lídia Avelar Estanislau, Socióloga e Mestre em Educação pela UFMG, e foi prestado a Shirley Maciel da Silva e Eliane Marinalva de Souza, responsáveis pelo subprojeto de pesquisa sobre o tema MULHER NEGRA, do Projeto Diagnóstico da Mulher nos Anos 80, Região de Minas Gerais e Espírito Santo, financiado pela Fundação Carlos Chagas, com apoio da Fundação Ford e execução da FAE/UFMG*. A entrevistada é mineira de Sete Lagoas e pesquisadora do Centro Nacional de Referência Cultural da Fundação Nacional Pró-Memória, do Ministério da Cultura. No CNRC desenvolveu e acompanhou projetos voltados para a interação entre Cultura e Educação, em vários pontos do País, especialmente na Bahia. No momento, integra a equipe da 7ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória em Minas Gerais, no desenvolvimento dos projetos "Memória e Patrimônio Cultural de Cataguases", "Memória Sócio-Cultural de Mariana e Tiradentes", "Projeto Cultural do Serro (2ª fase)", entre outros.

Não posso falar especificamente sobre a situação da Mulher Negra em Minas Gerais, hoje, pois acabo de retornar às Gerais (março/88), depois de oito anos em Brasília, mas creio que a situação aqui não é muito diferente da do resto do Brasil.

Parece fato, no mundo, que os anos 80 abriram espaço para a chamada questão feminina. No Brasil, desde os anos 70, estudos, conferências, seminários, manifestações diversas ocorreram, mas o espaço da mulher negra permanece, ainda, muito pequeno. Talvez porque a grande maioria das mulheres negras exerça ocupações de emprego doméstico e tenha de estar a postos, para liberar as suas patroas, a fim de que estas participem das manifestações já referidas. Ainda assim, sabemos de grupos de mulheres, das favelas e das periferias das cidades, que começaram a discutir sua própria condição a partir de reuniões iniciais de associações de bairro. Na Bahia, por exemplo, onde trabalhei nos últimos anos, conheço de perto o Grupo de Mulheres do Calabar, constituído, predominantemente, de mulheres negras. Aliás, nós, negros, predominamos nas favelas, nas prisões e nos hospícios. E mesmo constituindo a maioria étnica, no Brasil, a "democracia racial" faz com que essa grande parcela da população brasileira seja transparente, não tenha visibilidade, não seja vista. Aqueles de nós que conseguem acesso à escola (e vão, como eu, do jardim de infância até a Pós-Graduação) são "treinados" para serem brancos.

No meu caso pessoal, o fato de minha mãe ter ficado viúva quando eu tinha apenas 10 meses, e o seu enorme desejo de que eu estudasse (ela cursou apenas até a 4ª série do 1º Grau) fizeram minha história um pouco diferente. Ela costurava, em Belo Horizonte, para esposas de políticos, o que viabilizou minha matrícula no Colégio Santa Maria, um colégio da burguesia local, de ensino de alto nível na época. Foi, talvez, um dos períodos mais sofridos da minha vida, quando o racismo se colocava de maneira muito explícita, tanto por parte das freiras (para quem eu tinha o diabo no corpo), como por parte de colegas, que implicavam com o meu "cabelo de arame". Fui, inclusive, impedida de participar da festa de formatura no Automóvel Clube (o clube mais fechado de Belo Horizonte), por meio do artifício de ficar em segunda época em Francês. O Colégio tinha por norma que alunas com exames de segunda época não podiam participar da festa. O estranho é que os 2 décimos que me faltaram foram amplamente superados pela nota 9 no segundo exame, depois da formatura, claro. Por outro lado, foi nessa época que travei amizade com o padre Sebastião Roque, capelão do colégio, que, de tanto me ver de castigo na capela, apresentou-me na JEC (Juventude Estudantil Católica), onde meu horizonte político se abriu. Dessa militância de ação católica secundarista, dos amigos que fiz por essa época e das conversas com meu atual marido, surgiu o interesse pelas Ciências Sociais, a Antropologia em especial.

* O resumo da referida pesquisa consta da seção "Pesquisas em Andamento", do presente número.

Durante o curso de graduação, fui a única negra da minha turma e a questão racial não foi nunca analisada em nenhum dos cursos. Por aquela época (1966-69), a Antropologia dedicava-se quase exclusivamente às questões indígenas. E falar de negro era uma coisa que causava mal-estar, inclusive em nós próprios. Os valores brancos interiorizados manifestavam-se desde o cabelo alisado ("fritado" a ferro ou com cremes à base de soda cáustica!?) até o desinteresse pela História da África e pela nossa própria História no Brasil.

No início de 70 fui morar na Bahia. Meu companheiro era filho de alemães e, por incrível que pareça, foi com ele que descobri a beleza negra. Foi então que o cabelo foi ficando ao natural, as roupas se coloriram, e a questão negra passou a fazer parte de mim. Meu modelo foi Angela Davis, discípula de Marcuse, e meu maior orgulho era quando alguém insinuava que eu me parecia com ela. Na Bahia, o contato com a condição de mulher negra é inevitável. E a existência de um casal interétnico (ele, arquiteto, ela, socióloga) era muito interessante, sob vários pontos de vista, inclusive o "folclórico". Da Bahia nos mudamos para São Paulo, onde o racismo se fazia presente na obrigação de ser melhor em tudo, de ser brilhante intelectualmente, para que as pessoas entendessem por que um branco me amava.

Quando esse casamento acabou, retornei a Belo Horizonte e ao primeiro amor, com quem tenho, hoje, uma filha de 13 anos. E, desde então, as questões específicas de mulher e de negra tomaram corpo, tanto em minha vida pessoal como na vida acadêmica. Por volta de 78 fiz o Mestrado na Faculdade de Educação, e minha dissertação foi sobre o trabalho feminino, tomando como sujeitos da pesquisa as garis (formiguinhas) de Belo Horizonte. Entretanto, hoje reconheço que a questão racial foi escamoteada naquele trabalho. Estava implícita, mas não foi analisada.

Trabalhando em Brasília no CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural – da Fundação Nacional Pró-Memória (antes MEC, hoje MinC), pude aprofundar-me no estudo das questões étnicas, e do papel que a escola exerce em relação a nós, negros, tanto pelo que ela transmite, como pelo que ela deixa de transmitir. Nunca me liguei, porém, como militante, a nenhum grupo de mulheres, ou de negros. Sempre quis transitar sem impedimentos pelos diferentes grupos e organizações, talvez por uma certa rebeldia quanto a palavras de ordem, ou por um desejo de independência atávico. Participei de muitos encontros de negros em São Paulo, Maranhão, Bahia, Brasília, sempre com posições independentes da filiação a grupos.

Tenho tentado apoiar os mais diversos grupos, desde que não defendam posições "liberais". Pertencço ao Conselho Geral do Memorial Zumbi e tenho batalhado pelo seu reconhecimento como nossa liderança mais expressiva, mas tenho dúvidas quanto à afirmação de que "o povo necessita sempre de um líder". O povo necessita de terra, casa, educação, saúde, transporte, trabalho, lazer, e o povo negro no Brasil mais ainda, já que historicamente, tudo isso nos foi negado, inclusive nossa própria humanidade. Acho, sim, o trabalho que os negros baianos estão fazendo, especialmente o pessoal do Ilê Ayê, fantástico, porque as expressões da cultura negra são valorizadas no dia-a-dia. Acho que temos muito que estudar e temos, sobretudo, um compromisso com a educação brasileira. Creio que a escola, muito mais do que as mães negras – cada dia mais envolvidas "na luta" pela sobrevivência – tem um papel central na formação

da identidade, que se constrói no efetivo respeito às diferenças, o que implica, portanto, o estudo da História da África, o respeito à cultura negra. Tenho receio de que, se centrarmos a questão em torno apenas de lideranças, caiamos na proposta – que demonstrou sua inutilidade – de "vanguardas". Acho Benedita da Silva uma importante liderança, como mulher e como negra, mas ela tem tido muito cuidado para não ser folclorizada. Não creio que a ausência de lideranças nacionais retarde a formação de identidade. Julgo que as lideranças devem expressar um movimento social amplo, de negros e de mulheres, que decorre do desejo de melhores condições de vida para os negros brasileiros. O ano de 1988 é importante porque coincidiu com a data do centenário, mas todos os anos são importantes, todos os dias, todos os minutos, e, neste centenário, temos, de fato, muito pouco a comemorar. Só cem anos de "abolição" é motivo de vergonha, e não de comemoração. Fomos o último país do mundo a "abolir" a escravidão! Vivemos uma sociedade racista e não temos outra alternativa a não ser enfrentar o racismo. De unhas e dentes, em todas as frentes, e fazendo muito barulho! Quando Caetano Veloso pergunta: "– Eu sou neguinha?", poderíamos responder em coro: "– Somos!" Mas, aqui, eu falo apenas por mim: "– Eu sou!" Uma fácil resposta a uma pergunta para cuja dificuldade o próprio Caetano alertou: "parece bobagem, mas não era não . . ."

A pergunta remete a uma substantivo comum – mulher – (des)qualificado pelo adjetivo – negra – muito mais comum do que se diz. De fato, mulher negra não é coisa que se conte nos dedos neste Brasil. Somos mesmo muitas, ainda que insistam em nos subdividir em longa escala cromática: escurinha, pretinha, moreninha, roxinha, mulata, parda, morena, escura, roxa, preta. Mas é como negras que nos designamos. Esse adjetivo, sutilmente evitado pelo seu poder de reunir e transformar uma chamada minoria em maioria, foi, então, reapropriado pelos mais diversos movimentos negros, nas duas últimas décadas. Ganhou força substantiva, subverteu a gramática, passou a ser nome próprio, que os cartórios registram, hoje, ao lado das Brancas e das Claras. Resalte-se que ao adjetivo *negro* o Aurélio atribui os seguintes significados: de cor preta; sujo, encardido; muito triste; lúgubre; melancólico, funesto; maldito, sinistro; perverso, nefando. Ao substantivo, entretanto, o citado dicionário atribui as significações de indivíduo da raça negra; escravo; e o bellissimo conceito da Óptica: a cor de um corpo que absorve toda a radiação luminosa que sobre ele incide.

Essa pergunta que parece bobagem remete, também, ao mês de maio de 1888, quando a escravidão no Brasil foi legalmente extinta. A este ato, oficialmente conhecido na História do Brasil como Abolição da Escravatura, seguiu-se um longo processo de "branqueamento" da sociedade brasileira, que este Centenário da Abolição tem por obrigação resgatar. Se até 1888 os descendentes de africanos – escravos e libertos – tiveram sua humanidade (re)negada, com a Lei Áurea, o Estado brasileiro – imperial e republicano – nega aos ex-escravos e a seus descendentes o direito de cidadania. O Brasil, último país do mundo a extinguir formalmente o regime escravocrata, iniciou sua história republicana calcada no positivismo, no liberalismo, no capitalismo e no racismo.

A abolição da escravatura no Brasil – como a abertura democrática – pode ser qualificada de lenta e gradual. Tão lenta, que um século depois os movimentos negros superaram divergências de várias ordens e afirmam

em coro: NADA A COMEMORAR! A nova república de hoje espelha-se, ainda, nos ideais liberais, positivistas, capitalistas e racistas.

A herança do escravismo captada pela sensibilidade de Tarsila do Amaral, em seu quadro A NEGRA, pode ser sintetizada nas reflexões de Marilena Chauí:

*"Sociedade autoritária, machista e racista, o Brasil se alimenta de mitos como o da inexistência do racismo e o da existência da sensualidade de um povo mestiço que desconhece as barreiras de classe e raça. A melancolia dolorosa de A NEGRA revela a mulher escrava que ofereceu seu leite (o grande seio) e seu trabalho (seus pés e suas mãos) ao dominante branco. Não é sensualidade o que vemos. . . Vemos dor e abandono de um corpo usado como se fosse coisa."*¹

Na sociedade brasileira, à divisão social do trabalho se sobrepõem a divisão sexual e a divisão racial, e nós, mulheres negras, padecemos simultaneamente da segregação invisível e da integração visível, fartamente denunciadas e combatidas pelos movimentos sociais de negros e de mulheres. Dessa forma, à grande maioria dos negros brasileiros estão reservadas as ocupações de menor prestígio e remuneração. Mais ainda, apoiada na reinterpretação da teoria do lugar natural de Aristóteles, ocorre, no Brasil, uma divisão racial do espaço, tomada como critério e justificativa da presença maciça de negros nas favelas, prisões e hospícios.

Embora a História do Brasil tenha privilegiado a bondade dos senhores e a boçalidade dos escravos, não



1. Imperdível a leitura de CHAUI, Marilena. *Repressão sexual – essa nossa (des)conhecida*. São Paulo, Brasiliense, 1983. O comentário, ilustrado por reprodução do quadro de Tarsila, encontra-se na página 223.

fomos, não somos, nem seremos mansos. Minha irmã Lélia González (Ora ye ye ô) ao analisar as relações entre o golpe de 1964, o modelo econômico e a população negra no Brasil, denuncia a teoria do lugar natural e ressalta, entre outras questões, o fato de que, por razões históricas e sócio-econômicas, nós, mulheres negras, não fazemos o gênero submissa. Nossa prática cotidiana como chefes de família – em decorrência do desemprego, baixa escolaridade e remuneração, violência policial e outros efeitos do racismo à brasileira que atingem nossos companheiros – nos confere autonomia e agressividade que chegam até a chocar nossos companheiros(as) de militância nos movimentos de negros e de mulheres.²

O exemplo mais perverso da divisão racial do espaço é o "apartheid" da África do Sul, mas, no Brasil, a violência do racismo se exemplifica na repressão policial, no massacre e na tutela dos povos indígenas, na expropriação da dignidade pela negação dos direitos básicos do cidadão – terra, moradia, alimentação, saúde, educação, trabalho, lazer – e se dissimula na cisão entre o "social" e o "de serviços" apoiando-se, inclusive, na Arquitetura, para afirmar a existência de desigualdades.

A essa herança escravista, junta-se, ainda, uma herança colonial cujo caráter maniqueísta e violento impede que tenhamos consciência de que a riqueza do mundo é também nossa! De fato, o bem-estar e o progresso da América do Norte e da Europa foram construídos com o suor, a fome e o cadáver de indígenas, negros, árabes e asiáticos. A violência com que se impuseram os valores brancos nos impede de ver que os países centrais, hegemônicos, imperialistas, grandes, desenvolvidos, industrializados, cultos, civilizados – em síntese, o Primeiro Mundo – são criação do Terceiro Mundo. Nós, "totalmente Terceiro Mundo", estamos no centro da tormenta e as lutas de libertação na América Central, África e Ásia, ainda que filtradas pela "mídia", demonstram que não acreditamos mais em "slogans".

As tentativas frustradas de equacionar os problemas em torno de uma mesa de reunião contribuem, também aqui, no Brasil, para reforçar as teses de que entre opressores e oprimidos tudo se resolve pela força e que a violência dos últimos é proporcional à violência dos primeiros.

O diagnóstico encomendado pela Nova República – publicado com o título de "Brasil 2000" – parece haver sido engavetado pelos donos do poder, cuja sensibilidade poética, reconhecida pela Academia, recusa-se a ver a ambigüidade da pergunta "Eu sou neguinha?". Marcada pela divisão social, sexual e racial, a sociedade brasileira não consegue desatar seus nós e se propõe comemorar oficialmente o Centenário da Abolição da Escravatura, enaltecendo, em cadeia nacional, tudo aquilo que discrimina e marginaliza.

A sociedade brasileira ocidental e cristã pretende expiar a culpa de seu pecado colonial e, neste ano de 1988, o negro terá espaço garantido no jornal, no rádio, na televisão, nas campanhas religiosas e publicitárias, nos programas de pesquisa das Universidades, Fundações e outros órgãos do Estado. O dia 13 de maio será feriado nacional, (*) o PROCEN/MinC (Programa Nacional do

2. Lélia González e Carlos Hansenbalg demonstram, em teoria e prática, o racismo brasileiro em: GONZÁLEZ, Lélia & HANSENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.

(*) A entrevista foi realizada em 10 de abril de 1988.

Centenário da Abolição do Ministério da Cultura), de cujo Conselho Consultivo faço parte, terá créditos especiais; a Serra da Barriga, nas Alagoas, integrará o acervo de bens tombados pelo patrimônio histórico e artístico, Zumbi será declarado herói da nacionalidade, as escolas em todos os graus de ensino promoverão debates e conferências além da "Semana do Folclore", e as cotidianas situações de racismo e discriminação ganharão cobertura em rede nacional.

É então que a pergunta "Eu sou neguinha?" nos remete a um tempo bem mais significativo para mim do que maio de 1888, a um período que a História registra como MAIO DE 68, e que Fritz Utzeri, correspondente do JORNAL DO BRASIL, (23/03/88), na França, enfatizou: "vinte anos depois parece que passou um século (...) da convulsão que, gerada em Nanterre, se generalizou em toda a França e se estendeu por todo o mundo".

Não disponho de condições - aqui e agora - para estabelecer as relações de múltipla ordem - culturais, históricas, filosóficas, sociológicas, pedagógicas, políticas - a que "EU SOU NEGUINHA?" me remete; o próprio Caetano Veloso vociferando sob vaias o lema de maio de 68: "É PROIBIDO PROIBIR"... Mas creio que posso dizer que o tema "Eu sou neguinha?" remete à Educação, em especial à educação escolar, estruturada para ampliar a divisão tradicional entre trabalho manual e intelectual e, neste, à compartimentalização dos saberes em discursos sempre os mais especializados e codificados, que favorecem atitudes corporativistas e nos impõem, ainda hoje, uma visão maniqueísta do real.

Muitos dos problemas que enfrentei quando da elaboração da dissertação de Mestrado estão hoje superados, em termos teóricos e metodológicos. Mas as "formiguinhas" (apelido das garis de Belo Horizonte), sujeitos da pesquisa que empreendi, buscando explicar essa trajetória de "cigarra a formiga" a que nós, mulheres de todas as cores e classes parecemos predestinadas, permanecem excluídas dos direitos básicos de cidadania, como, de resto, a grande maioria do povo brasileiro, nestes tempos constituintes.

Pois é, "Eu sou neguinha?". Eu percebo certas coisas, eu intuo certas coisas na cultura brasileira, que, pelo pouco que eu conheço... (Qualquer um pode ver claro que os problemas culturais do Brasil estão bem longe de ser resolvidos. Depois da euforia desenvolvimentista (quando todos os mitos do nacionalismo nos habitaram) e das esperanças reformistas (quando chegamos a acreditar que realizaríamos a libertação do Brasil na calma e na paz), vemo-nos acuados numa via: fala por nós, no mundo, um país que escolheu ser dominado e, ao mesmo tempo, arauto-guardião-mor da dominação da América Latina. Se fechou-se o círculo vicioso da economia e da política abjetas, isto é, se os problemas básicos estão distantes da solução, a ponto de permitirem soluções às avessas, não será no campo da Cultura que nós teremos aproximado de uma autonomia definitiva... Entretanto, é necessário compreender a impossibilidade de a realidade cultural extrapolar a totalidade que ela compõe)... Tudo isso veio com muita clareza e ninguém vai querer me engambelar com esse charmezinho brasileiro de sensibilidade, de não sei o quê, tá entendendo? Sensibilidade, eu tenho de sobra, eu sou uma moça."³

3. VELOSO, Caetano. *Alegria, alegria*. Rio de Janeiro, Pedra Q Ronca, s.d. p. 2, 122.

Sociologia, Antropologia, Política, Pedagogia nesta prosa - p(r)o(f)ética do filósofo Caetano Veloso, atualmente em "linguagem de silêncio", porque não quer "que um pouco de talento, misturado com um pouco de charme, seja confundido pelas pessoas como liderança... Não gost(a) de responder como líder de nada. Quando te(m) oportunidade de falar, (ele se) singulariza, se particulariza, se individualiza."⁴

Para final de papo, acho que é preciso dizer que a questão da mulher negra me interessa não apenas como estudo acadêmico. Ao contrário do Caetano Veloso, eu afirmo, em vez de perguntar, que EU SOU NEGUINHA. E sempre que tenho oportunidade de me particularizar, eu sou pelo coletivo, mesmo porque Mulher Negra é uma abstração. Somos mulheres negras. É preciso marcar bem as diferenças, até mesmo as contradições entre a mulher negra que é gari, que varre rua, e a mulher negra que é pós-graduada, como eu. As questões de classe e de raça têm de ser tratadas ao mesmo tempo, ou estaremos fazendo "ficção científica".

Hoje, já se dispõe do conceito de desclassificado social que remete, obrigatoriamente, a uma ordem classificadora - uns são bem classificados, porque outros não o são, e o desclassificado só existe enquanto existe o classificado social, partes antagônicas e complementares do mesmo todo, sejam elas senhor/escravo, patrão/empregado, branco/negro, homem/mulher. O conceito de desclassificado social, cunhado por Laura de Mello e Souza,⁵ ao contrário do conceito de marginalidade, não pode ser dissociado daquilo que o engendrou. Assim, qualquer análise sobre a mulher negra só poderá ser bem sucedida se iluminada pela percepção do processo de desclassificação que a engendra. E, nesse processo, a pobreza é o primeiro, - embora não seja o único - agente de desclassificação social. A análise dos "desclassificados do ouro" (meta e símbolo que dominou o Século XVIII nas Minas Gerais, com "rafzes" no Século XVII, "galhos" no XIX e "frutos" no Século XX) demonstra que o fardo da escravidão foi substituído pelo fardo da vadiagem, e nós, mulheres negras, padecemos, simultaneamente, do peso da ideologia da vadiagem e do mito da sensualidade. Mas não somos apenas fortes e sensuais, somos também inteligentes e sensíveis. E somos, sobretudo, solidárias. Os quilombos atestam nossa capacidade de organização e rebeldia! Muito embora no passado nossa humanidade tenha sido negada, e hoje nos neguem a cidadania, já começamos a polir as nossas armas para fazer a nossa humanidade triunfar! Afinal, quando ouvirem o Caetano Veloso cantar "Gente é pra brilhar, não é pra morrer de fome", lembrem-se do conceito da Óptica, de que a pele negra absorve toda a luz...

4. Idem, ibidem, p. 108-9.

5. Leitura obrigatória de MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986.